

anatomia da crise: do sindicalismo revolucionário ao colaboracionismo cooperativista

alexandre samis* e renato ramos**

Ao conceituar o chamado “trabalhismo carioca”, Boris Fausto deu importante contribuição à investigação das origens do cooperativismo no Brasil. Entre outras conclusões, o historiador afirma que, a partir da sua base no Rio de Janeiro, o cooperativismo teria dominado a cena sindical, na última década do século XIX, perdendo gradativamente, no início do século seguinte, o controle de grande parte das organizações operárias para os sindicalistas anarquistas.¹

A perda de sua primazia não impediu, no entanto, que em muitas associações permanecessem vestígios de antigas práticas, galvanizadas em bases de acordo e na formação de grupos internos dissidentes. Nas franjas das organizações operárias mais expressivas, mantiveram-se ativos os sindicatos descomprometidos com os novos princípios do sindicalismo revolucionário. A disposição em atribuir ao Estado a interlocução e o papel

* Membro do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres e professor de História.

** Membro do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres e pesquisador.

mediador nos conflitos de natureza salarial e operária não desapareceu.

Em muitos aspectos, o então Distrito Federal reunia as condições necessárias à permanência de tais aspirações, graças a uma elite política de oposição que acenava constantemente com a possibilidade de consecução da harmonia social através das instituições do Estado. Entretanto, associada ao campo da política, a questão social, sob perfil operário, serviu a projetos que possuíam pouco apoio popular. Para Boris Fausto:

“Sem dúvida, os setores intermediários carecem social e politicamente de homogeneidade. Ainda assim, a existência destes setores em uma situação de menor dependência das classes agrárias e as características apontadas do proletariado nascente dão fundamento aos tímidos projetos de constituição de partidos operários do tipo trabalhista.”²

Com o avanço do século XX, os “trabalhistas” perdem gradualmente muitos dos espaços conquistados na última década do século anterior. O protagonismo da estratégia sindical anarquista empurrou, em um não longo espaço de tempo, os cooperativistas para o campo de oposição ao novo elemento de inspiração organizativa. A despeito de alguns contatos pontuais amistosos, os anarquistas cedo demarcaram as diferenças entre uma e outra corrente, conforme se lê na *Voz do Trabalhador* de 1908:

“Não há dúvida que os libertários, mais do que os outros homens hão de contar com a força da associação, porque tudo o esperam da livre afinidade entre as personalidades livres; mas não creio que as associações cooperativas de trabalhadores possam realizar uma transformação importante na sociedade. As tentativas feitas neste sentido são experiências úteis e devemos felicitar-nos de que tenham sido postas em prática; porém bastam, e já podemos formar sobre o assunto um juízo.”³

As primeiras críticas ao cooperativismo aconteceram

dentro da polidez e ponderação típicas dos debates de idéias.

O “Primeiro Congresso Operário”, no Rio de Janeiro, em 1906, contou com a presença de Mariano Garcia e Antônio Augusto Pinto Machado, dois líderes históricos do movimento reformista. Os debates marcaram, a partir das divergências ideológicas presentes nos discursos, definitivamente as diferenças e os campos de atuação dos dois segmentos de representação dos interesses dos trabalhadores.

Dessa forma, a expressão que assumiram os sindicalistas revolucionários e a própria difusão do ideário anarquista, que não cessava de crescer nos meios operários, rivalizava ainda com iniciativas paralelas dos cooperativistas. Estes, a despeito do crescimento da proposta de radical independência oriunda do programa anarquista, insistiam em organizar entidades que deveriam atuar em conformidade com os princípios de um tipo específico de evolucionismo positivista.

Algumas experiências cooperativistas calcadas no “culto ao trabalho”⁴, como a do funcionário do Arsenal de Guerra, Francisco Juvêncio Saddock de Sá, iniciadas ainda em 1900, buscavam inserir alguns setores do operariado estatal na lógica de organização reformista. Saddock de Sá, que não abandonou a luta associativa até sua morte em 1921⁵, foi um bom exemplo de organizador de classe que, para garantir melhorias para os operários do Estado, não hesitou em isolá-los das propostas congêneres do período. De forma ilustrativa podemos evidenciar tal comportamento quando o “Círculo de Operários da União”, fundado em 1909 e dirigido pelo referido funcionário, recusou-se a comparecer ao “Congresso Operário” convocado pelos reformistas em 1912. Embora as organizações de cunho cooperativo compartilhassem dos mesmos interesses, ao priorizarem a via de diálogo permanente com o governo, nem todas buscavam uma ação conjunta.

Após alguns anos de debilidades os reformistas retornariam com relativa força em meados dos anos 10 e seriam, em 1912, a condição fundamental para a organização do “Congresso Operário”, sob a tutela do Tenente Mário Hermes da Fonseca, filho do Presidente Hermes da Fonseca.⁶ Deste encontro resultaram a consolidação das propostas reformistas e a formação da “Confederação Brasileira do Trabalho”, organismo que combinava, simbioticamente, funções organizativa e partidária.

No seu antagonismo às propostas libertárias, os “trabalhistas”, a partir de 1912, segundo Boris Fausto, davam ênfase aos melhoramentos econômicos; às elevações social, intelectual e moral da classe, evitando o envolvimento do proletariado nas questões internacionalistas, antimilitaristas, antiestatais e nos problemas da organização da propriedade. Na apreciação dos “trabalhistas”, o meio utilizado pelos sindicalistas revolucionários, a ação direta, era incapaz de garantir as transformações sociais necessárias à classe operária. O caminho preferencial era o da política, dentro dos quadros do sistema. Argumentavam que, em um país guarnecido por instituições democráticas, o abandono, por parte do proletariado do exercício dos direitos políticos, conduziria ao predomínio das figuras mais conservadoras e comprometidas com o capital.⁷

Em harmônica parceria com estes princípios trabalhava desde 1907, ano da aprovação do decreto lei nº 1637 de incentivo às cooperativas, o funcionário do Ministério da Agricultura, Custódio Alfredo de Sarandy Raposo⁸. Este “sindicalista” muito depressa se tornou o expoente máximo de uma linha associativa ainda mais estreitamente ligada às instituições do governo; diferente de Saddock de Sá, que aceitava dialogar, mas não se beneficiava diretamente das instâncias do Executivo, Sarandy Raposo encarnou o paroxismo do “colaboracionismo de classe”.

Os anarquistas, após uma breve política de tolerância

com relação a Sarandy Raposo⁹ e os princípios do cooperativismo, iniciam pesada investida contra as iniciativas nesse sentido. Organizado pela “Confederação Operária Brasileira” (COB), o “Segundo Congresso Operário”, de setembro de 1913, delibera então, entre outras questões, o combate ao cooperativismo. E, no seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, a Confederação publicava sua posição:

“Bem sabemos que os governos, para se tornarem populares, para se mostrarem liberais costumam fomentar a propaganda destas cataplasmas, destas iscas traiçoeiras, como o é o cooperativismo ora propagado por influência do ministério da agricultura — e o fazem justamente para desviarem, por uma enganosa melhoria — hipocritamente filantrópicos — como são todos que vivem parasitariamente — com o fim de, distraindo os trabalhadores com este chamariz, desviando-os do caminho já traçado e que devem continuar, implantar-lhes a discórdia, a desorientação, sabedores como estão de que enquanto assim acontece mais se vai mantendo a escravidão operária e por conseguinte prolongando a orgia dos que bacanalmente vivem.”¹⁰

Respondendo a uma circular enviada por Sarandy Raposo, do “Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativos”, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, aos secretários do COB, estes utilizariam, mais uma vez, o veículo classista, *A Voz do Trabalhador*:

Cidadão C. A. Sarandy Raposo.

— Recebemos a vossa circular, e mais os estudos do Sindicato Profissional dos Operários do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e da Cooperativa de Consumo dos Operários do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Em resposta a ela temos a declarar-vos:

Que absolutamente de modo nenhum queremos aceitar o ‘sindicalismo e o cooperativismo’ propagados e auxiliados pelas autoridades do país.

E não os queremos aceitar pelo seguinte: esta

Confederação e todas as federações e sindicatos que a compõem são organismos de luta, de combate, essencialmente baseados na resistência à exploração capitalista.

Ora, sendo as autoridades governamentais simples instrumentos de defesa da classe capitalista, evidenciam-se desde logo que com elas só poderemos ter uma espécie de relação — a resultante da luta quotidiana e tenaz, que constitui a mesma base em que assentam as nossas organizações.”¹¹

Aos olhos dos anarquistas a classe operária já havia optado pelo protagonismo histórico de sua luta; ceder ao cooperativismo não só representaria retrocesso como, também, o triunfo da classe contra a qual se deveria lutar.

O ano de 1917 confirmaria os prognósticos dos sindicalistas revolucionários do Rio de Janeiro. Na sucessão de greves, motins e levantes armados, que se prolongaram pelo ano seguinte, os cooperativistas, além de manterem as associações a eles ligadas alheias às lutas, manifestariam reiteradas vezes seu apoio ao governo¹². Este fato acirraria ainda mais as disputas pelo espaço sindical que, a partir de então, não se circunscreveriam apenas ao plano do livre debate.

O ano de 1921 foi significativo para Sarandy Raposo, pois neste período, na vigência do governo Eptácio Pessoa, ele ampliaria ainda mais sua inserção nos meios operários. Boa parte de seu sucesso deveu-se ao “auxílio pecuniário” fornecido pelo governo, possibilitando, em março de 1921, a fundação da Confederação Sindical Cooperativista do Brasil, a CSCB.¹³ O falecimento de Saddock de Sá, representante da outra vertente cooperativa, naquele mesmo ano, implicaria em alguma medida na ampliação das bases sociais do fundador da CSCB.

A ação de Sarandy Raposo parece ganhar mais notoriedade em conformidade com a sua assunção na orientação da “Seção Operária” do periódico governista

O País, em fevereiro de 1923.¹⁴ Estampados nas páginas do jornal, encontramos não só os presságios de inspiração triunfalista como também apelos eloqüentes ao governo para o auxílio às suas iniciativas.

Tentando representar o espírito da conciliação, a CSCB contava com a colaboração de patrões e empregados, além de “prestigiosas instituições”. Procurava, com o apoio da Liga de Defesa Nacional, a Sociedade Nacional de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil e o Instituto de Engenharia Militar,¹⁵ manter-se no limite entre as reivindicações sociais e os interesses patronais.

Os cooperativistas, no intuito de captar simpatias e firmarem-se como síntese do processo traumático da luta entre capital e trabalho, traçavam estratégias que se caracterizavam por ataques nem sempre dissimulados ao anarquismo, enfatizando e associando aos libertários o viés violento da revolução. Em contrapartida, reforçavam, na mesma proporção, a sua vocação “apaziguadora” e conciliatória.

Dentro da lógica de ampliar ao máximo sua esfera de representação, não demorou muito, a CSCB, a tomar a iniciativa de se aproximar dos sindicatos dirigidos pelos comunistas. Parecia uma aliança quase natural na medida em que os preceitos do sindicalismo revolucionário, eminentemente anarquistas, impossibilitavam de todo o crescimento da base de diálogo com o governo. Os comunistas, virtuais antagonistas dos anarquistas no campo revolucionário, ao contrário destes, não rejeitavam a participação nos espaços formais de representação e, em última análise, haviam trazido para o campo do “bolchevismo” muito do prestígio adquirido no meio operário em décadas anteriores de hegemonia anarquista.

Para Sarandy Raposo, a exemplo do que previam os cooperativistas para o anarquismo, ao contrário do fortalecimento da facção “neo-comunista”¹⁶, a “confluência” dos membros do PC para CSCB era uma

questão de tempo, ou amadurecimento. E, como ensejo a esta apreciação, um acordo com os mesmos, em que estava prevista a formação da grande “frente proletária”, parecia razoável.

Não só os anarquistas, mas mesmo alguns comunistas, entre eles Antônio Bernardo Canellas, viram no projeto um oportunismo vergonhoso. A aprovação, através de pressões internas, na CSCB, da inserção das disputas eleitorais nos planos táticos da entidade, aproximou-a ainda mais das premissas dos comunistas. Assim:

“A CSCB, a partir de então, precisava remodelar suas próprias linhas de convergência e divergência com as duas outras facções existentes no movimento operário. Sua distância em face do anarquismo crescia. Quando, em outubro de 1923, uma assembléia geral da Confederação aprovou formalmente a prática da ação parlamentar, os libertários estavam sendo definidos como *‘o inimigo irreconciliável do sindicalismo cooperativista, do comunismo, do governo russo, de todos os governos e até de toda revolução limitada.’*”

Já os neocomunistas estavam cada vez mais no caminho da evolução, apresentando *‘em suas atitudes e seus atos, judiciosas tendências para a prática do cooperativismo e até da ação parlamentar, tendências estas que os aproximam da eficiência do sindicalismo cooperativista.’*¹⁷

Ao receberem um convite para a “Conferência dos Presidentes das Associações de Classe”, organizada por cooperativistas e comunistas, os sindicalistas anarquistas iniciam uma seqüência extensa de artigos-resposta. Não só para justificar sua objeção em participar de tal encontro como também para evidenciar as opiniões sobre a aliança “frentista”.

O operário maleiro e sindicalista anarquista Antônio Vaz¹⁸, para demonstrar a impossibilidade de colaborar com a “frente” convocada pelos cooperativistas, evidenciava, em um de seus artigos publicados em A

*Pátria*¹⁹, as finalidades do estatuto de uma cooperativa ligada a CSCB em Petrópolis:

”Art 2º - São seus fins:

a) Promover entre os seus membros e para eles, a venda de todos os gêneros de consumo agrícolas, pastoris e industriais, adquiridos diretamente ou indiretamente;

b) Adquirir para serem vendidos aos sócios, todas as mercadorias e manufaturas domésticas produzidas por sócios e suas famílias;

c) Adquirir terras e instrumentos de trabalho para sócios que desejarem residir em regiões rurais, mediante pagamento a prazo e em produtos agrícolas.

Art 3º - Para o primeiro item (a) do artigo 2º, a Cooperativa de Consumo estabelecerá em local apropriado, um armazém regional e tantos armazéns distritais quantos necessários se tornarem pelo desenvolvimento de suas operações e aumento de numero de sócios consumidores.

Art. 4º - Para o segundo item (b) do art. 2º, instalará, por intermédio do Sindicato Profissional, tantas cooperativas distritais de consumo forem os grupos de sete ou mais aderentes a estes estatutos, que realizem qualquer cultura ou indústria doméstica, por si ou suas famílias, ou que residam em regiões rurais, onde possam colaborar como adquiridores diretos de mercadorias necessárias ao consumo dos membros das cooperativas urbanas de consumo.

Art. 5º - Para o terceiro item (c) do art. 2º, organizará nas regiões rurais, por intermédio do Sindicato Profissional, pequenas cooperativas de produção em terrenos coletivos, até que esses terrenos se tornem propriedades individuais, mediante pagamento da parte destinada a cada sócio, na forma indicada no mesmo item (c) do art. 2º.”²⁰

Segundo Antônio Vaz o “canto de sereia” do cooperativismo não resolveria o problema social, mas “insuflaria em seus cooperadores” a falsa crença na

harmonia com os regimes de “salariato” e propriedade. Assim:

“Como se vê não visam nem a extinção do dinheiro, nem da lei, isto é, aceitam a sociedade conforme está constituída — com todo o vampirismo, toda a opressão do forte contra o fraco, a exploração do senhor contra o escravo. Não resolvem nem a questão econômica, nem política, nem social. São trambolhos aos quais o proletariado só deve ligar para afastá-los do seu caminho com a ponta do pé.”²¹

Vaz também denunciava a influência negativa do aparecimento de cooperativas em locais onde já existiam sindicatos de resistência, tomando como exemplo o fechamento da sucursal da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no bairro da Cascatinha, em Petrópolis, causado pela fundação da cooperativa dos operários da Companhia Petropolitana. Segundo este, a sucursal da UOFT:

“(…) não seria vista com bons olhos pelos magnatas do industrialismo desse bairro. Não hesitamos por isso até afirmar que foram eles os primeiros a sugerir a criação dessa tal cooperativa com o fito de desnortear seus assalariados, de lhes desviar a atenção da Sucursal. Mas mesmo não sendo eles os promotores diretos e indiretos de tais “arapucas” irrecusáveis aceitam mais depressa uma cooperativa que em nada os prejudica, do que uma organização que procura esclarecer seus componentes, pondo-lhes bem diante dos olhos os motivos do seu mal-estar, de sua miséria em contraste com a abastança dos plutocratas.”²²

No Distrito Federal, as cooperativas de operários têxteis fundadas nos bairros da Gávea, Vila Isabel e Andaraí, ocasionaram um influxo irreversível na União, que, já em 1923, não era mais ocupada de maneira preponderante pelos sindicalistas anarquistas que a haviam fundado em 1918.

Ainda no mesmo contexto, o operário sócio da União Geral dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Cafês

e Similares, Manuel A. Pereira, ao denunciar a colaboração do Centro Cosmopolita²³ com os cooperativistas, aproveitava para definir, com alguma ironia, a sua opinião sobre o líder reformista e suas relações com o PCB:

“Mas isso é vergonhoso. Porque se há traidores, se há quem esteja de acordo com o patronato, este é o sr. Sarandy Raposo que, como presidente da Confederação S. Cooperativista, a quem deseja ver filiadas todas as associações operárias do Brasil (pasmai, oh! gentes!), defende o interesse das duas classes.

O Sr. Sarandy quererá negar que o Centro Industrial do Brasil, a Liga de Defesa Nacional, Centro dos Proprietários de Hotéis e outras associações retintamente burguesas fazem parte da Confederação? Quererá negar?

O Sr. Sarandy, cujas intenções políticas estão sendo exploradas pelos bolchevistas da zona (que por sua vez fornecem meios de exploração política ao sr. Sarandy) quererá dizer que a Confederação só defende os interesses das associações operárias? Não quererá dizer! Mas se se atrever a tal nós os desmascararíamos com os seus próprios atos.

Pescadores de águas turvas, filadores, candidatos a deputados, a senadores, a ministros, a comissários do povo, a ditadores — tudo tem passado pelo campo dos trabalhadores de todo mundo. Os do Brasil também já têm sido vítimas de muitos embusteiros; e se não se precaverem agora serão novamente vítimas — e vítimas do mais audacioso de todos os empreiteiros da gamela orçamental.”²⁴

Mas talvez um dos artigos mais significativos seja o de Antônio Bernardo Canellas, particularmente por ser ele um comunista assumido²⁵. Ao denunciar o interesse do PC nos cem mil filiados da CSCB — número anunciado pela própria Confederação em sua convocatória para a “Conferência dos Presidentes das Associações de Classe”²⁶ — Canellas critica duramente

a aliança articulada por Astrojildo Pereira e a ingenuidade dos comunistas ao franquearem à pregação reformista espaços sindicais antes exclusivos dos revolucionários. Segundo o comunista, a frente proposta pelo *Komintern* confundia-se, dessa forma, com a “unificação atuadora” pregada por Sarandy Raposo. E conclui:

“O autor do nosso Duhring pró-mussoliniano é agora o Sr. Sarandy Raposo. Vamos ver o que vai sair dessa aliança realizada com assistência passiva dos comunistas oficiais, que deste modo malbaratam o prestígio da revolução russa, à sombra da qual têm vivido e que é pena seja assim tão mal aproveitada.”²⁷

A vinculação dos comunistas dirigentes da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) à CSCB, denunciada nas “primeiras horas” pelo anarquista Marques da Costa, responsável pela coluna trabalhista de *A Pátria*²⁸, se encontrava expressa na representação que possuía a Associação dos Gráficos do Rio de Janeiro, na referida Confederação, a partir do sócio Astrojildo Pereira. Assim como, a “Seção Operária”, do jornal ligado a administração de Arthur Bernardes, *O País*, também abrigava artigos de comunistas como Octávio Brandão²⁹ que, sob pseudônimo, divulgavam as premissas do partido no Brasil. Mesmo, o segundo número do jornal oficial do PCB, *A Classe Operária*, foi impresso nas oficinas gráficas do periódico governista³⁰.

A despeito da estratégia que iriam adotar os comunistas no Bloco Operário, nos pleitos de 1927, ao apoiarem os nomes de políticos “pequeno-burgueses” como Azevedo Lima e Mário Rodrigues³¹ e a ação junto aos sindicatos cooperativistas, em agosto daquele mesmo ano, o governo baixa a “lei celerada”³². Tal medida iria afetar duramente as pretensões de ascensão do movimento comunista e dificultaria ainda mais a manutenção de um modelo sindical revolucionário. Mas, de alguma forma, a relação que se estabeleceu entre os membros do PCB e os líderes reformistas habilitou

aqueles a uma sobrevivência relativa no meio sindical da década seguinte. A experiência adquirida nas manobras trabalhistas no interior do estamento oficial, observadas muito de perto pelos comunistas, possibilitou a sobrevivência dos “bolchevistas” à crise do sindicalismo revolucionário.

Destarte, podemos observar sem maiores dificuldades, que a crise pela qual passa o sindicalismo revolucionário, nos anos que se seguiram à pesada repressão dos órgãos de polícia e leis de deportação, foi causada por uma perda gradativa de militantes jogados em cárceres, internados no exílio do Oiapoque, assassinados por agentes de polícia, convertidos ao “bolchevismo” e ao avanço do corporativismo “trabalhista”. Entretanto, o anarquismo, nas décadas posteriores ao advento do sindicalismo corporativo, iria ainda se manter como um vigoroso conjunto doutrinário de crítica ao capitalismo e às estruturas de poder vigentes no país. A opção posterior dos anarquistas pela aglutinação de suas forças em torno de periódicos de combate, ligas anticlericais e centros de cultura deveu-se, em grande medida, à perda de seu vetor de inserção social, o sindicalismo revolucionário. Carente de uma estratégia mais concreta de classe, o anarquismo perderia muito de sua visibilidade social, apesar de manter sua vigência ideológica. A teoria anarquista, dessa forma, no pós-30, iria se caracterizar como expressão cultural e manancial revolucionário a ser oferecido aos grupos sociais em rebelião contra qualquer alternativa institucional de reforma.

Notas

¹ Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel, 1977, p. 41.

² *Ibidem*, p. 42.

³ *A Voz do Trabalhador*, 15/08/1908.

⁴ Angela de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, p. 123.

⁵ *Ibidem*, p. 56.

⁶ Fausto. *op. cit.*, p. 55.

⁷ *Ibidem*, p. 56.

⁸ Castro Gomes. *op. cit.* p. 124.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *A Voz do Trabalhador*, 15/10/1913.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Castro Gomes, p. 125.

¹³ *Ibidem*, p. 159.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Nos primeiros anos após a fundação do Partido Comunista do Brasil seus militantes foram, em determinadas ocasiões, qualificados na imprensa operária e nas colunas trabalhistas de “neo-comunistas”. Tal fato explica-se pela utilização do termo comunista para identificar determinadas tendências no interior do próprio anarquismo.

¹⁷ Castro Gomes. *op. cit.*, p. 164.

¹⁸ O português Antônio Vaz foi deportado para o seu país de origem em 1924. Edgar Rodrigues. *Os Companheiros*. Rio de Janeiro, VJR, 1994, p. 39.

¹⁹ *A Pátria* 11/11/1923.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

²² *A Pátria* 21/11/1923.

²³ O Centro Cosmopolita, fundado em 1903, local do “Segundo Congresso Operário”, em 1913, era uma associação de caráter classista. Os seus filiados pertenciam ao segmento dos “gastronômicos” e prestavam, no próprio estabelecimento, serviços, de natureza diversa, ligados à classe. Até a fundação do PCB esteve o Centro sob hegemonia dos anarquistas; após 1923 passa a integrar o grupo de associações ligadas aos “bolchevistas”. Neste período, o Centro Cosmopolita, passa a disputar com a União Geral dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Cafés e Similares a legitimidade junto à classe.

²⁴ *A Pátria* 01/11/1923.

²⁵ Antônio Bernardo Canellas foi protagonista de um dos primeiros casos de expurgo do PCB nos anos 20. Ver Edgard Carone. “Uma Polêmica nos Primórdios do PCB: O incidente Canellas e Astrojildo (1923)”. In *Memória & História*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1981.

²⁶ *A Pátria* 27/10/1923.

²⁷ *Ibidem*, 04/05/1924.

²⁸ *Ibidem*, 17/08/1923.

²⁹ Octávio Brandão. *Combates e Batalhas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1987, p. 240.

³⁰ Alexandre Ribeiro Samis. *Clevelândia do Norte: anarquistas, repressão e exílio interno no Brasil dos anos 20*. UERJ, Dissertação de Mestrado, 2000.

³¹ Mário Rodrigues era à época o proprietário do jornal *A Manhã*, apoiou o Bloco Operário e seu candidato Azevedo Lima. O jornalista candidatou-se também, no mesmo período, à intendência do Distrito Federal. Ver Samis. op. cit. p. 338.

³² A lei Aníbal de Toledo, de agosto de 1927, inspirada nas suas congêneres de 1907, 1913 e 1921, atualizava as medidas de deportação e perseguição ao elemento “radical” no país. A lei, por sua impopularidade, ficou conhecida nos meios operários como “celerada”.

resumo

O texto procura demonstrar a trajetória do sindicalismo no Brasil a partir do início do século XX. As disputas entre os modelos sindicais “trabalhista”, anarquista e comunista definiram, em grande medida, as transformações nas estratégias do governo para enfrentar as organizações operárias. A aproximação dos comunistas de tendências reformistas com o cooperativismo ampliou ainda mais as divergências entre aqueles e os anarquistas. Tais querelas podem, com alguma precisão, esquadriñar os motivos da crise que abateu profundamente o sindicalismo revolucionário no fim da década de 1920.

abstract

This article seeks to demonstrate the history of trade unionism in Brazil in the beginning of the 20th century. The dispute among unionist models of “workers”, anarchists and communists, largely shaped the changes of government strategies in fighting labor organizations. The differences between socialist and anarchist became deeper with the approach of the socialist with a reformist orientation. The crisis that has afflicted the revolutionary unionism in the late 1920s, can be analyzed, in some degree, by the study of those fights among socialist factions.